

# Inadmissível obsolescência

*Evolui-se aqui nas ideias mas a uma velocidade menor que no resto do mundo*

*Por Roberto Luis Troster*

*Valor, 27/05/2022*

Nas projeções elaboradas pelo FMI, de crescimento acumuladas até 2027, o Brasil é o último da América do Sul. Está atrás da Argentina, do Paraguai, da Bolívia e de todos os demais, excluindo a Venezuela (que não tem projeções). Em concentração de renda também é o pior.

Todo o continente sentiu os impactos da pandemia e está sujeito aos efeitos adversos da guerra na Ucrânia. Apesar da generosidade nata do brasileiro, do território, das riquezas naturais, do capital humano, da capacidade empresarial, do mercado interno, do clima e de outras vantagens, é o lanterna.

O Brasil tributa menos aplicações financeiros que rendimento do trabalho. Trabalhadores subsidiam rentistas

A causa é uma só, que se removida, o resultado seria outro. Chama-se obsolescência. Evolui-se aqui nas ideias e na política, mas a uma velocidade menor que no resto do mundo. O país não se adapta às transformações da realidade com a rapidez necessária. Com isso, a defasagem aumenta a cada dia que passa.

A obsolescência é dissonante com uma característica típica do país, o jogo de cintura dos brasileiros. Não surpreende a ninguém o desempenho nesse quesito. Em soluções empresariais, em startups, em novos produtos e em adaptações a situações difíceis, o Brasil é campeão.

Mas justamente a característica mais forte é a menos utilizada para promover o crescimento. Num mundo em transformação, a uma velocidade cada vez mais rápida, a obsolescência em política econômica é a regra. Os avanços são mais lentos aqui. É triste, é como ver um aluno talentoso e aplicado ser reprovado.

Insiste-se em fórmulas superadas ou em outras que nunca deram certo, em vez de focar no que pode melhorar o país. Não é uma questão de esquerda ou direita, nem de desenvolvimentismo ou neoliberalismo, nem de estatizar ou privatizar. É de fazer a coisa certa. O ajuste ao final da hiperinflação ilustra o ponto.

O processo terminou, há quase 28 anos, no governo Itamar. Nem ele, nem todos que o seguiram, FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro, fizeram os ajustes para uma moeda estável, eliminando o entulho inflacionário. Até hoje, o país continua com moeda remunerada, depósitos à vista rendendo juros e a maioria da dívida pública indexada, o que diminui a potência da política monetária, por conta o efeito renda invertido, que exige taxas de juros mais elevadas para estabilizar preços.

A estimativa nas curvas de juros futuros é de uma taxa 5% acima do IPCA, para os próximos anos. É duplamente perversa - juros reais maiores ajudam credores e prejudicam devedores.

Considerando que a dívida pública é de 80% do PIB, são necessários 4% (5% de juros x 80% do PIB) do PIB todo ano, apenas para rolar a dívida pública. Leia-se menos investimentos.

A prescrição para evitar que o país caia na armadilha da dívida é reduzir o déficit rapidamente. A política econômica vai na contramão. Para controlar a inflação, há um retrocesso no tempo. É um problema dinâmico, mas é tratado com estático. Reduzir o IPI não vai baixar a inflação nem aumentar o emprego. No curto prazo aumenta a margem da indústria, no médio prazo, aumenta a dívida pública. A redução ou congelamento do ICMS só vai piorar a situação fiscal dos Estados.

A política cambial é um instrumento poderoso para estabilizar a inflação. Já foi usado com sucesso no passado e é utilizado em outros países. Aqui, apesar da missão do Banco Central ser “garantir a estabilidade do poder de compra da moeda”, portanto, estabilizar a inflação e o câmbio, a política é de estabilizar as reservas, também única no mundo. Este ano a diferença entre a taxa de câmbio máxima e mínima foi de 23,5%, uma perversidade contra a indústria.

Outro efeito da moeda remunerada é que aumenta a cunha bancária, e conseqüentemente, o custo de crédito e a inadimplência. Neste ano, todos os meses foram batidos recordes históricos de cidadãos negativados pela Serasa. São 65.693.982; em números redondos um em cada três adultos tem o nome sujo.

Mesmo assim, a política é de arrochar o crédito. É o único país de mundo que tributa o crédito e tem os depósitos compulsórios mais altos do planeta. Por outro lado, tributa menos as aplicações financeiras, com alíquotas de zero até 22,5%. Já a alíquota máxima da remuneração do trabalho é 27,5%. Ou seja, trabalhadores subsidiam rentistas no Brasil.

A complexidade da tributação é uma das piores do mundo. Um levantamento, feito pelo Banco Mundial, aponta que o Brasil está em 184º lugar, entre 190 países, no tempo gasto por empresas para cumprir as obrigações fiscais. Os únicos ganhos com isso são dezenas de milhares de empregos para contadores, advogados, gestores e funcionários públicos para tratar do emaranhado de normas fiscais.

Outra perversidade do entulho inflacionário é a indexação múltipla. O país é um só, a moeda é uma só, mas há múltiplas medidas de indexação. Nos últimos dez anos, o IPCA aumentou 84,1%, que é o utilizado para balizar a política monetária, o IGP-M subiu 145,4%, que apesar de não ser um índice de inflação é usado para corrigir alguns contratos, incluindo aluguéis. Salários são corrigidos pelo INPC. Cada um dos 5.568 municípios tem um índice de atualização de dívidas.

Para a correção de dívidas, há outro contrassenso: muitos depósitos judiciais são corrigidos pela poupança que rendeu 72,2%, nos últimos dez anos, já as dívidas fiscais, são atualizadas pela Selic que rendeu 125,3%, acrescidas de juros e multas. É um extrativismo fiscal.

As projeções econômicas elaboradas pelo FMI são feitas considerando que as mudanças na política econômica serão graduais. Pode-se fazer melhor. As eleições deste ano abrem uma janela para que o Brasil usufrua mais do seu potencial. Propostas para eliminar a miséria, melhorar a educação e a saúde, remover o entulho inflacionário, a retomada do crescimento, reformas institucionais, a qualidade de vida e políticas setoriais são a ordem dia.

É possível e factível mudar a política econômica e dessa forma mudar as projeções e o futuro do Brasil. Há muito que pode ser feito. Condições materiais, vontade de trabalhar e capacidade de se adaptar sobram. O país não precisa continuar com lanterna. É inadmissível!

**Roberto Luis Troster é economista**  
**robertotroster@uol.com.br.**